

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1542953 - SC (2015/0169370-3)

RELATOR : **MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**
AGRAVANTE : EMPRESA NACIONAL DE ENGENHARIA LTDA
AGRAVANTE : PRONTA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A
ADVOGADOS : EVERALDO LUÍS RESTANHO - SC009195
ALEXANDRE BRITO DE ARAÚJO - SC009990
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
INTERES. : FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FATMA
INTERES. : INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS IPUF
INTERES. : MUNICÍPIO DE FLORIANOPOLIS
PROCURADOR : MARINA DAMASCENO DOS SANTOS E OUTRO(S) - SC037440B
INTERES. : SERGIO JOSE GRANDO
INTERES. : ANDRE LUIZ DADAM

EMENTA

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPLEMENTAÇÃO DE CICLOVIAS. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO NO PRAZO ESTABELECIDO. MORA CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATOS CONTRÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO EM SEDE DE APELO NOBRE. AGRAVO INTERNO DAS EMPRESAS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Verifica-se que o Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade, motivo pelo qual inexistente a alegada violação do art. 535, II do CPC/1973.

2. Rever o entendimento adotado pelo Tribunal *a quo* onde restou configurada a mora da parte recorrente no cumprimento da sentença, por não haver implementado a obra da ciclovia, mesmo que em parte, inevitavelmente necessita do reexame fático-probatório dos autos, que não se compatibiliza com a via do Apelo Nobre.

3. Agravo Interno da EMPRESA NACIONAL DE ENGENHARIA LTDA e outra a que se nega provimento.

ACORDAO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

